

**ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL - SERVIÇOS
AMBIENTAIS, S.A.**

CONSULTA PRÉVIA

2024_095PR

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL
PARA A AdP INTERNACIONAL**

CADERNO DE ENCARGOS

FEVEREIRO 2025

Índice

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a Prazo contratual.....	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	5
Cláusula 4. ^a Obrigações do Cocontratante.....	5
Cláusula 5. ^a Metodologia da prestação de serviços.....	6
Cláusula 6. ^a Termos da execução dos serviços.....	6
Cláusula 7. ^a Equipa a afetar à execução do contrato.....	7
Cláusula 8. ^a Local da prestação de serviços.....	8
Cláusula 9. ^a Dever de sigilo.....	8
Cláusula 10. ^a Tratamento de dados pessoais.....	9
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA AdP INTERNACIONAL	10
Cláusula 11. ^a Preço base e preço contratual.....	10
Cláusula 12. ^a Condições de pagamento.....	11
Cláusula 13. ^a Faturação eletrónica.....	12
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	13
Cláusula 14. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....	13
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	13
Cláusula 15. ^a Cessão da posição contratual subcontratação do Cocontratante.....	13
Cláusula 16. ^a Sanções contratuais.....	14
Cláusula 17. ^a Força maior.....	15
Cláusula 18. ^a Resolução por parte da AdP Internacional.....	16
Cláusula 19. ^a Resolução por parte do Cocontratante.....	16
Cláusula 20. ^a Seguros.....	17
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	17
Cláusula 21. ^a Deveres de informação.....	17
Cláusula 22. ^a Comunicações.....	18
Cláusula 23. ^a Foro competente.....	18

Cláusula 24. ^a Direto aplicável e natureza do contrato.....	18
Cláusula 25. ^a Contagem dos prazos.....	18

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a **AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A.** (abreviadamente designada por **AdP Internacional**), e o **Cocontratante**, e tem por objeto principal a aquisição de serviços de comunicação digital para a AdP Internacional.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados sobre a proposta prestados pelo **Cocontratante**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **AdP Internacional** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do Contrato, este é válido por 1 (*um*) ano, renovável automaticamente por iguais períodos de um ano, até ao limite de 3 (*três*) anos de vigência contratual, a contar da data da respetiva assinatura.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:
 - a. Adaptar e atualizar a comunicação e respetivo Plano Anual de Comunicação Digital em todos os meios, à nova estratégia, assegurando a consistência da mensagem e a transparência junto de todos os *Stakeholders*, bem como a eficiência dos recursos à disposição da empresa, direcionando-os de forma eficiente para áreas prioritárias, maximizando o impacto da comunicação, envolvendo por exemplo;
 - b. Gestão de Redes Sociais;
 - c. Alimentação e gestão de *backoffice* de website, com implementação de SEO;
 - d. Design e infografias;
 - e. Pós-produção e edição de vídeos promocionais para web (um por trimestre);
 - f. Preparar relatórios mensais com a atividade desenvolvida;
 - g. Aconselhamento estratégico.
2. A título acessório, o **Cocontratante** fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Metodologia da prestação de serviços

1. A prestação dos serviços previstos no presente Caderno de Encargos será acompanhada pelo Gestor de Contrato, através da realização de reuniões com uma periodicidade que se considere adequada e a combinar entre as partes.
2. Todos os conteúdos e entregáveis elaborados no âmbito da execução do contrato devem ser validados e aceites pelo Gestor de Contrato designado pela **AdP Internacional**.
3. No prazo de até 5 (*cinco*) dias úteis a contar da data de entrega dos referidos conteúdos, o Gestor de Contrato designado pela **AdP Internacional** procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos se encontram em conformidade com os objetivos e instruções definidas.
4. No âmbito da análise a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve prestar à **AdP Internacional** toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
5. No caso de a **AdP Internacional** não aprovar os elementos entregues pelo **Cocontratante**, fica o mesmo obrigado a proceder, no prazo razoável que for determinado pela **AdP Internacional** e sem quaisquer custos adicionais, às alterações e trabalhos complementares necessários a garantir o cumprimento das solicitações definidas.
6. Após a realização pelo **Cocontratante** das alterações e dos trabalhos complementares necessários no prazo determinado pela **AdP Internacional**, esta procede a nova análise, nos termos do disposto nos números anteriores.
7. Durante a análise referida nos n.ºs 3 e 6 da presente cláusula, fica suspensa a contagem do prazo de execução associado à elaboração do respetivo conteúdo.

Cláusula 6.^a

Termos da execução dos serviços

1. Os serviços identificados nas cláusulas 4.^a e 5.^a do presente Caderno de Encargos devem ser prestados observando os seguintes prazos:
 - a) O plano anual de comunicação digital, previsto na alínea a) da cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, deve ser entregue no prazo de 10 (*dez*) dias úteis a contar da data de celebração do contrato ou da sua renovação;

- b) Os relatórios das atividades desenvolvidas em cada mês, previstos na alínea f) da cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, devem ser entregues no prazo de 10 (dez) dias úteis após o termo do mês a que respeitam;
 - c) Os demais serviços referidos na cláusula 4.^a, para os quais não se encontre fixado qualquer prazo específico, devem ser prestados nos prazos que, durante a execução do contrato, forem acordados entre as partes;
2. No prazo de 2 (dois) dias a contar da data de celebração do contrato será realizada uma reunião de arranque, destinada à apresentação da equipa de trabalho da **AdP Internacional** e da equipa do **Cocontratante** com o intuito de identificar e caracterizar as ações a realizar.
 3. Para efeitos do número anterior, a **AdP Internacional** deve comunicar ao **Cocontratante**, através do endereço de correio eletrónico, os conteúdos a divulgar, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis em relação ao termo inicial da execução dos trabalhos indicados.
 4. A **AdP Internacional** pode propor alterações à metodologia apresentada pelo **Cocontratante**, competindo a este promover, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a respetiva reformulação, de acordo com os meios à sua disposição, indicados na proposta.
 5. Caso as condições apresentadas pelo **Cocontratante** mereçam a concordância do Gestor de contrato designado pela **AdP Internacional**, este comunica expressamente a aceitação da metodologia dos trabalhos a desenvolver.
 6. Com uma periodicidade mensal, o **Cocontratante** deverá entregar relatórios das atividades desenvolvidas no mês anterior e comparecer a todas as reuniões de monitorização.

Cláusula 7.^a

Equipa a afetar à execução do contrato

1. O **Cocontratante** deve afetar à execução dos serviços objeto do contrato uma equipa com formação académica e profissional adequada e com experiência comprovada em serviços de idêntica natureza.
2. Durante a execução do contrato, a **AdP Internacional** pode solicitar ao **Cocontratante** a substituição dos elementos da equipa afeta ao contrato, mediante decisão justificada e

comunicada com uma antecedência de 5 (*cinco*) dias em relação à data de produção de efeitos da substituição.

3. Caso, por motivo devidamente justificado e aceite pela **AdP Internacional**, o **Cocontratante** tenha que designar outro elemento não identificado na sua proposta, deve a designação ser instruída com informação relativa à sua formação académica e profissional e à sua experiência profissional, conforme os requisitos referidos na presente cláusula.

Cláusula 8.^a

Local da prestação de serviços

1. A prestação dos serviços objeto do presente contrato será realizada na sede do **Cocontratante**.
2. Na execução dos serviços objeto do contrato o **Cocontratante** obriga-se a comparecer na sede da **AdP Internacional**, sita na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, em Lisboa, a reuniões de trabalho de acompanhamento.

Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP Internacional**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a **AdP Internacional** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (*um*) ano após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. As Partes obrigam-se a ter conhecimento e cumprir o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), assim como outra legislação europeia e nacional que, na execução das respetivas atividades, lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do Contrato envolve o tratamento por cada uma das Partes, de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores.
4. Nos casos identificados no número anterior, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento, com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do contrato ou para o cumprimento de obrigações que sobre si impendam.
5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.

6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:
 - **AdP Internacional:** dpo@adp.pt
 - **Cocontratante:** para o endereço a indicar no contrato.
7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. No âmbito do tratamento de dados pessoais que as Partes efetuem sob sua responsabilidade, poderão transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA AdP INTERNACIONAL

Cláusula 11.ª

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ultrapassar o valor máximo de **€57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos euros)**.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP Internacional** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP Internacional**, incluindo

despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. O preço referido no n.º I da cláusula anterior será pago mensalmente, correspondendo cada prestação a 1/36 do preço indicado pelo **Cocontratante** na sua proposta;
2. A(s) quantia(s) devida(s) pela **AdP Internacional**, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas no final de cada mês.
3. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação dos serviços.
4. Em caso de discordância por parte da **AdP Internacional** quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando o **Cocontratante** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP Internacional** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP Internacional** proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs I a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 13.^a

Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo **Cocontratante** à **AdP Internacional** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente Caderno de Encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. A fatura eletrónica a emitir pelo **Cocontratante** deve ser enviada para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>.
 - Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5.
5. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à **AdP Internacional** não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela **AdP Internacional**, a identificar no Contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Cessão da posição contratual subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da **AdP Internacional**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP Internacional** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a **AdP Internacional** pode determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP Internacional**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP Internacional**, nos termos do Código dos Contratos Públicos

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **AdP Internacional** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A **AdP Internacional** pode, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia de atraso, relativamente aos prazos fixados na Cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos, a **AdP Internacional** pode aplicar uma sanção de valor correspondente até 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do preço contratual.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP Internacional** decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A **AdP Internacional** pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP Internacional** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP Internacional** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte da AdP Internacional

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP Internacional** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP Internacional**.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 16.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **AdP Internacional** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 20.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Acidente de trabalho;
 - b) Responsabilidade civil profissional.
2. A **AdP Internacional** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 2 (*dois*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP Internacional** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 24.^a

Direto aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 25.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.